

## COOPERAÇÃO GLOBAL E REGIONAL NA ÁREA DE SEGURANÇA: IMPLICAÇÕES PARA UMA NOVA ESTRATÉGIA MARÍTIMA DOS EUA

---

**Capitão-de-Mar-e-Guerra Antonio Carlos Teixeira Martins**

*O Capitão-de-Mar-e-Guerra Antonio Carlos Teixeira Martins formou-se pela Escola Naval em 1965, possui os cursos de Comando e Estado-Maior e o de Política e Estratégia Marítimas nesta Instituição onde atualmente é instrutor. No serviço ativo foi oficial de suprimento do Navio-Aeródromo Minas Gerais, chefe de gabinete da Secretaria-geral da Marinha, e diretor da Imprensa Naval e da Caixa de Construção de Casas para Pessoal da Marinha.*

### RESUMO

O final da guerra fria e os ataques terroristas de 2001 tornam necessária a implantação de uma nova estratégia marítima para os EUA, capaz de enfrentar os novos desafios trazidos pela globalização, pelas ameaças terroristas e, fundamentalmente, para garantir a segurança marítima, o que é essencial para o comércio marítimo. A nova estratégia deve ser fruto de consenso com as nações aliadas e calcada na idéia da marinha dos 1000 navios e das *GLOBAL FLEET STATION*. Este trabalho analisa o cenário estratégico mundial e as dificuldades a serem enfrentadas para implementação da nova política, além de apresentar os interesses brasileiros no mar e as operações conjuntas realizadas por nossa marinha com a americana.

Palavras chave: Estratégia Marítima – Globalização. *Global Fleet Station* – Terrorismo. Operações Conjuntas MB e USN.

### ABSTRACT

The end of the cold war and the terrorist attacks of 2001 brought about the need to implement a new maritime strategy for the United States capable of facing the new challenges of globalization, terrorist threats, and, ultimately, to ensure maritime security, which is critical for maritime commerce. This new strategy should derive from a consensus among allied nations and be based both on the 1000-ship navy idea and on the *Global Fleet Station*. This paper discusses the world strategic environment and the threats to be faced if such a new policy is to be implemented and also discusses the Brazilian interests in

the sea and the joint operations carried out by our Navy together with the U.S. Navy.

Key words: Maritime Strategy – Globalization. *Global Fleet Station* – Terrorism. Brazilian-US joint naval operations.

## INTRODUÇÃO

O mar é o caminho por onde circula cerca de 90% do comércio internacional, atividade básica para a expansão e estabilidade econômicas das nações. Dele se extrai considerável parcela da produção mundial de petróleo e gás, além de, não nos dias de hoje, por não ser, ainda, economicamente explorável, ser fonte expressiva de recursos minerais, existentes em grande quantidade em seu solo e subsolo. A exploração de seu recurso renovável, a pesca, é outro fator de grande importância para a economia de um sem número de nações.

Todo esse rico patrimônio permanece em relativo estado de segurança, apenas quebrado, aqui e ali, por raras e não muito importantes ações terroristas e pela ação criminoso dos piratas.

Entretanto, boa parte dos líderes mundiais considera que, pela importância que representa para as nações e pela grande dificuldade em se manter sobre ele controle absoluto, o mar, em curto espaço de tempo, será alvo de grande número de ameaças à sua segurança, representadas pela pirataria, tráfico de drogas, tráfico humano e escravidão, exploração da zona econômica exclusiva, interrupção do comércio, movimentação de armas, crime organizado, ataques ambientais, extremismos políticos e religiosos e terrorismo.

Os fatos anteriormente apresentados, além de outros que surgirão no desenvolvimento deste trabalho, foram determinantes para que grande número de nações, capitaneadas pelos EUA, potência hegemônica mundial, iniciassem estudos para a atuação integrada de todos, em ações que garantam a segurança marítima mundial.

Este trabalho tem como propósito analisar essas ações, em especial a que diz respeito a uma nova estratégia marítima a ser implementada pelos EUA.

## UMA NOVA ESTRATÉGIA PARA OS EUA.

### O CENÁRIO ESTRATÉGICO

Em palestra que teve como tema o planejamento estratégico da marinha dos EUA, o Almirante Martoglio, diretor da Divisão de Política e Estratégia daquela marinha, apresentou, segundo a visão da USN, os principais pontos do cenário estratégico americano. São eles: a guerra global ao terrorismo, a guerra

irregular, a *homeland security* e a *homeland defense*, as ameaças tradicionais ainda existentes, isto é, as potências regionais com considerável capacidade convencional e nuclear, a guerra irrestrita com armas de destruição em massa e os sistemas geradores de desordem de alta tecnologia.

Essa visão considera que a *homeland security* é a primeira prioridade da nação e que a primeira linha de defesa do país está localizada no exterior, e que ali, em suas origens, e com a participação efetiva dos países aliados, devem ser contidas as ameaças ao território norte-americano.

Para o Almirante, os objetivos estratégicos americanos são os de defender o país de ataques diretos, assegurar o acesso estratégico e garantir a liberdade de ação global, fortalecer parcerias e alianças e estabelecer condições de segurança favoráveis.

Para a consecução de tais objetivos, as vulnerabilidades, a seguir apresentadas, devem ser eliminadas ou, pelo menos, substancialmente reduzidas: a capacidade norte-americana de enfrentar desafios na segurança global é insuficiente; que aliados e parceiros podem decidir não agir integradamente ou podem perder a capacidade de assim atuar; que muitas nações ressentem-se da predominância americana na solução dos problemas mundiais e contestam sua maneira de atuar e, finalmente, que os EUA e seus aliados serão os principais alvos de ataques terroristas.

O Almirante tratou dos pontos por ele considerados como principais na estratégia nacional para a obtenção da segurança marítima e que são os de ser uma alta prioridade nacional promover a liberdade dos mares, o acesso aos portos, o direito dos navios de navegarem livremente em águas internacionais e o trânsito e a passagem inocentes.

O Almirante apresentou, ao final de sua exposição, um diagrama de parcerias e coalisões, a partir do qual seria conseguida a desejada integração entre as nações visando o estabelecimento e manutenção da segurança marítima.

A estrutura apresentada estava dividida em três partes. Na primeira, a base, estão os portos, as águas territoriais, a zona econômica exclusiva e as linhas limítrofes. Este nível diz respeito às nações individualmente. Na parte intermediária estão os estreitos internacionais, as águas regionais, as linhas limítrofes e as águas arquipelágicas. Este nível está diretamente ligado às iniciativas de segurança regional e baseia-se em associações regionais como o CAMAS. Na extremidade da pirâmide estão as linhas limítrofes e o alto-mar.

#### CAUSAS PARA UMA NOVA ESTRATÉGIA.

O esfacelamento da ex-URSS traz em seu bojo um novo e grande desafio para a USN. Sua estratégia marítima, até então voltada para a luta contra um único inimigo e calcada na deterrência estratégica, na projeção de poder, no

controle do mar e na presença naval, deixa de fazer sentido. Uma nova situação apresenta-se, e para ela a USN não tem uma resposta convincente.

A nova situação é representada pela globalização, cujos três principais efeitos apontam para a necessidade de uma nova estratégia marítima. São eles; a interdependência cada vez maior dos mercados e das economias mundiais, cuja maior parte do comércio é feita pelo mar, o que acarreta ser a segurança marítima de capital importância para as nações; o fato de a busca por novos poços de petróleo situados no mar ou pela manutenção dos já existentes pode gerar conflitos entre as nações, o que reforça a necessidade de segurança; e, finalmente, a idéia que a globalização introduziu o que alguns autores chamam de inimigos da quarta geração, isto é, terroristas, distribuidores de armas de destruição em massa, organizações criminosas, contrabandistas, traficantes de drogas e piratas.

Uma outra razão a demandar uma nova estratégia é que a natureza das transformações das operações militares está obrigando todas as Forças a fazer um novo exame de sua estrutura e doutrina, isto porque as informações parecem estar se transformando no mais valioso recurso da guerra.

Não fossem essas razões suficientes, os ataques terroristas de 2001 encontraram o país em estado de recessão e obrigaram-no a elevar suas despesas com a *homeland defense* e com as guerras ao Afeganistão e, posteriormente, ao Iraque, o que contribuiu para aumentar o já elevado déficit orçamentário, o que, por via de consequência, certamente trouxe consequências severas ao orçamento da marinha.

Encurralada pelos fatos, e pressionada pelas declarações do ex-Secretário de Defesa, Rumsfeld,

...que a guerra global contra o terrorismo determina a transformação das forças armadas para estarem prontas para guerras assimétricas em um novo e incerto tempo,

a USN viu-se obrigada a optar entre reduzir, proporcionalmente, os meios de combate, priorizar um tipo de meio de combate sobre os outros ou dar novos passos para aumentar sua capacidade, sem aumentar o número de seus navios.

Segundo articulistas americanos, a USN precisa de uma ameaça e de uma estratégia que possa combater ameaças assimétricas. Sem isso, ela estará competindo em posição desvantajosa com as outras Forças pelos recursos orçamentários escassos.

#### A NOVA ESTRATÉGIA SEGUNDO O CNO.

Atento a situação enfrentada por sua marinha, o CNO, Almirante Mike Mullen, decidiu, em 2006, propor a discussão de uma nova estratégia marítima para a USN, apresentando algumas premissas para o estudo da questão.

A primeira delas, e, certamente, a mais importante, é que “não existe país, por mais forte que seja, capaz de fazer o que precisa ser feito”, trazendo com isso à discussão a participação, na nova estratégia, dos países aliados e parceiros.

A segunda, de capital importância para os países envolvidos, é que ...a estratégia necessita de dimensão multilateral e que deve ser norteadada pelos princípios consagrados do direito internacional, como o respeito à soberania e auto-determinação, a não-intervenção e a igualdade entre os Estados, sempre em conformidade com as legislações e os interesses maiores dos participantes e com foco na estabilidade e bem estar da região. Deve, também, no plano interno, estar em sintonia com os anseios da sociedade, valorizando as grandes questões da atualidade, como a busca pela redução das desigualdades sociais e a valorização da vida humana e do meio ambiente.

Assim, a nova política deve ser fruto do consenso entre todos os setores envolvidos, aí considerados a população, os políticos, os elementos componentes da Força, países aliados, empresas americanas ou não, etc, além de conter aspectos relacionados com a assistência humanitária, controle de desastres e operações pré-conflitos.

No campo interno dos EUA, o CNO considera importante levar à agenda nacional a discussão da capacidade marítima do país e da relevância da marinha para seu futuro.

No campo estritamente militar, ele considera que a chave para o sucesso da nova estratégia é ficar longe das informações classificadas, face às restrições para a sua disseminação. É também sua opinião que a meta não é estabelecer uma Força Naval permanente e internacional.

Segundo sua concepção, a nova estratégia deve basear-se em três características básicas das Forças Navais, isto é, influenciar, antecipar-se e responder flexivelmente e construir amizades e parcerias.

Os efeitos do plano estratégico da USN, a serem atingidos pela nova estratégia, são os a seguir relacionados: dominar o mar aberto e as águas internas e litorâneas, conforme necessário, prover capacidade naval á Força Naval combinada, bem como outras capacitações de natureza interdependente, conforme requisitadas pela Força combinada, presença avançada para atacar e dismantelar redes terroristas e campanhas convencionais, apoiar a Força combinada na deterrência com outras nações-estado potencialmente adversárias, bem como com ameaças transnacionais, aprofundar a cooperação com as Forças

Navais de nossos parceiros estratégicos, assim como com nações parceiras emergentes, moldar e alinhar a infraestrutura costeira para prover um efetivo apoio à esquadra, dimensionar, dar forma e incentivar o potencial humano e reduzir o estresse da Força combinada.

No que diz respeito à atuação conjugada com outras marinhas, deve ser levada em consideração o aumento da cooperação no nível operacional e em assuntos tecnológicos. O incremento na troca de informações e um maior número de exercícios multinacionais também devem ser previstos.

Em síntese, a nova estratégia deve conseguir o apoio do povo americano, bem como o respaldo internacional, e ser apropriada para os desafios do século XXI. Ela deve poder combater um só inimigo, como faziam as estratégias anteriores, bem como ser capaz de atacar a quarta geração de ameaças. Deve considerar a valorização dos elementos que fomentam a segurança regional, cooperativa e multilateral, com responsabilidades compartilhadas e mecanismos ágeis que possibilitem ações operacionais tempestivas. Ela deve, ainda, assegurar a liberdade das linhas de comunicações e do tráfego marítimo, prevenir e combater o terrorismo e as atividades criminosas no mar, nas bacias hidrográficas e nas áreas portuárias, prestar assistência humanitária ou socorro a vítimas de desastres naturais e coibir danos ao meio ambiente.

#### A MARINHA DE 1000 NAVIOS E AS *GLOBAL FLEET STATION*

Como já visto anteriormente, a USN enfrenta reduções orçamentárias de porte, o que nos leva a considerar viável uma possível redução no número de seus navios. Além disso, conforme também já analisado, ela considera ser praticamente impossível atender, sozinha, a todas as ameaças.

Por outro lado, é fato notório que o bem estar econômico do povo dos EUA e de todo o mundo depende fortemente do comércio que circula pelos mares, o que torna a segurança marítima importante para todos. As nações têm como interesse, além de proteger o comércio marítimo, defender-se contra atos relacionados com o terrorismo. Como consequência, a nova estratégia marítima deve considerar que, se todos se beneficiam da segurança coletiva, a todos compete dividir a responsabilidade por manter essa segurança, controlando as ameaças em seus domínios.

A idéia da esquadra de 1000 navios, pedra fundamental da nova estratégia, está calcada nos fatos anteriormente expostos.

Essa força, a ser composta por 300 navios americanos e 700 de outras marinhas, trabalha com a idéia de restabelecer a profundidade estratégica perdida, por meio da conscientização marítima global.

Uma outra idéia, nascida junto com a da esquadra, é a das *GLOBAL FLEET STATION*. Elas seriam um Comando e uma Base para uso pelos

militares, organizações não-governamentais e organizações internacionais, com foco na segurança marítima regional. Uma GFS teria um navio de comando, um ou mais pequenos navios de superfície e, talvez, uma unidade ribeirinha e helicópteros. Ela disporia, também, de um centro de informações, facilidades médicas e outros tipos de apoio. A idéia da criação das GFS é do CNO, que acredita que elas possam vir a colaborar na criação de uma capacidade de resposta flexível.

Um importante aspecto a considerar quanto à implantação da esquadra diz respeito à necessária interoperabilidade entre as Forças. As marinhas têm, normalmente, regras, sistemas e procedimentos diferentes. Assim, as questões relacionadas ao comando, controle e a tecnologia podem se transformar em desafios a serem superados, sendo necessária a padronização de equipamentos e de procedimentos.

Os EUA consideram que a idéia da esquadra de 1000 navios e das GFS tem recebido efetivo apoio de grande número de nações, sendo disso prova a cooperação internacional na evacuação de cidadãos na recente invasão do Líbano, que contou com a participação de 170 navios de 17 países. Está também em franco desenvolvimento a instalação de uma Base na costa africana, mais especificamente em São Tomé e Príncipe, que terá a capacidade de vigiar grande parte do Atlântico Sul. Como compensação, e dentro do espírito da nova estratégia de colaborar com todos os países, os EUA afirmam que o centro irá colaborar com os africanos no controle da pesca ilegal, pirataria e na imigração ilegal.

Recentemente, em simpósio realizado no continente europeu, com a participação de países daquele continente, além do México, Singapura e da *INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION* (IMO), o assunto foi amplamente discutido, e, em princípio, aceito pelos países participantes.

#### DIFICULDADES PARA A IMPLANTAÇÃO.

O mundo enfrenta insurreições, choques étnicos e competição regional, fenômenos contra os quais a nova estratégia terá de atuar, mas que já são de há muito conhecidos.

A complexidade trazida pelo momento atual diz respeito a uma novidade, que alguns autores chamam de *indivíduo com grande poder de decisão (pessoa ou grupo capaz de infringir danos estratégicos a uma nação, com o uso de tecnologias avançadas)*.

A nova estratégia deve ser capaz de superar três diferentes tipos de obstáculos. Em primeiro lugar ela deve ser acreditada por aqueles que terão a responsabilidade de fazê-la funcionar, isto é, os homens e mulheres da USN. Em segundo lugar, ela deve convencer os políticos que vão analisá-la. Por último, ela deve ser persuasiva para amigos e aliados, bem como ser uma ameaça para as potências adversárias.

Este último teste parece ser o mais difícil de ser superado. Em realidade, a nova estratégia pode ser vista como uma revisão contemporânea da teoria de Mahan do poder naval e como uma nova forma de imperialismo americano.

Sobre este último aspecto cabe fazer relevantes comentários. A ascensão dos EUA à condição de líder mundial, ao lado das inegáveis vantagens daí advindas, trouxe-lhe, por outro lado, a responsabilidade de exercer a função de polícia do mundo, fato nem sempre agradável para a maioria dos países. Também contribui para a rejeição dos países às posições defendidas pelos EUA, a política assumida por diversos governos americanos, que, com grande frequência, como ocorrido recentemente no caso do Iraque, agem à revelia das decisões dos organismos internacionais. É também interessante comentar que o país, que agora pretende contar com o apoio internacional na área da segurança marítima, é o mesmo que recusa-se a ser signatário da Convenção das Nações Unidas pelo Direito do Mar.

Embora em parte anterior desse trabalho faça-se menção a uma colocação do CNO, que a soberania e auto-determinação dos povos deve ser totalmente respeitada, os países não se sentem seguros em confiar em alguém que, respaldado em seu poder militar, ignora as decisões de consenso das nações.

#### O BRASIL - SEUS INTERESSES NO MAR, SUAS AMEAÇAS E SEU PENSAMENTO ESTRATÉGICO.

Por nosso mar, que alcança a extensão de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, e por nossos 40 portos, trafega, anualmente, 95% do nosso comércio internacional, o que representou, em 2005, US\$ 191 bilhões. Do mar também é extraída cerca de 90% de nossa produção de petróleo. Esses números são, por si só, suficientes para que se possa concluir a importância que tem o mar para nosso país.

Em função disso, nossas principais áreas de segurança são o Atlântico Sul, onde estão situadas nossas principais fontes de energia (gás e petróleo), a Amazônia Azul e a Verde.

Por esses motivos, nos parece conveniente a idéia de aumentar-se a segurança marítima internacional, como defendido pelos EUA, pois embora não enfrentemos, a curto prazo, qualquer tipo de ameaça militar, não podemos nos esquecer que, no futuro, possamos vir a ser ameaçados por disputas sobre nossos suprimentos de água e energia, posicionamento de nossas fronteiras, ações contra nossa biodiversidade, terrorismo internacional e crimes transnacionais.

Politicamente nosso governo reconhece a necessidade de um forte esforço integrado entre as nações para prevenir-se e defender-se das ameaças terroristas, o que nos aproxima ainda mais das idéias americanas de segurança.

Ainda no campo político, o Brasil atua com desenvoltura para a integração dos países do cone sul, visando a com isso contribuir para o fortalecimento do processo de integração regional na América do Sul.

## HISTÓRICO DA ATUAÇÃO CONJUNTA DA MARINHA DO BRASIL E DOS EUA.

Durante a segunda guerra mundial, dois fatos aproximaram substancialmente nossas marinhas. O primeiro deles diz respeito ao empréstimo feito, pelo governo brasileiro aos EUA, das instalações da Base Naval de Natal. O segundo, mais especificamente voltado para as operações navais, relaciona-se com as atividades de proteção aos comboios aliados por navios de nossa Marinha. Em ambas as situações, foi grande o intercâmbio ocorrido entre as duas marinhas, ressaltando-se a instalação, em nossos navios, de modernos equipamentos para a guerra anti-submarino.

Terminado o conflito, manteve-se estreito o relacionamento entre nós, quer sob o enfoque de transferência de meios navais, quer na forma de intercâmbio de Oficiais.

É dessa época a criação do *Mutual Assistance Program* (MAP), que, se por um lado possibilitou o recebimento de novos meios por nossa marinha, por outro sepultou a construção, em nosso país, de navios militares.

Cabe aqui comentar que nossa oficialidade foi, por longo tempo, influenciada pela forma de pensar americana, toda ela voltada para o tipo de atividade que lhe interessava, isto é, a guerra anti-submarino.

Com o MAP ficamos também dependentes do apoio de sobressalentes aos equipamentos de nossos navios.

Em termos de exercícios conjuntos, a marinha brasileira fez-se sempre presente nas operações UNITAS e em diversos outros tipos de operação.

Nos dias de hoje, é bastante menor a participação de navios oriundos da USN em nossa marinha.

Assim, consideramos que o aumento da cooperação entre nossas marinhas pode vir a acontecer com o apoio mútuo no campo da segurança militar, no intercâmbio das ações de inteligência, na realização de exercícios combinados, no intercâmbio acadêmico e doutrinário e no intercâmbio de tecnologia.

Os interesses que nos unem dizem respeito às novas maneiras de combater o terrorismo, a segurança marítima, a cooperação e a paz regionais e a eliminação ou redução dos crimes transnacionais.

A posição brasileira, de participar ou não da rede mundial proposta pelos EUA, vai depender, em grande parte, de que aquele país assuma uma postura de real participante e não a de um tutor e que demonstre a efetiva intenção de realizar um intercâmbio operacional e tático.

## CONCLUSÃO

Analisados todos os fatos relacionados com a proposta americana de implantação de uma nova estratégia marítima, que pretende considerar a efetiva participação das marinhas de outros países, das guardas-costeiras, de organizações não-governamentais e de organismos internacionais, pode-se concluir que a proposição de aumentar o nível da segurança marítima internacional atende aos desejos da grande maioria dos países, que também almejam alcançar esse objetivo.

No caso particular do Brasil, que tem como pilar de sua política de defesa o incremento da segurança internacional, a conclusão acima aplica-se totalmente, devendo, ainda, serem levados em consideração, os laços de aproximação que nos unem desde a segunda guerra.

Releva considerar, no entanto, que, á semelhança do que pensa o CNO, de ser fundamental para o sucesso da nova estratégia que a USN ouça o povo americano e suas lideranças políticas, também nossa marinha deve adotar procedimento semelhante.

Daí pode-se imaginar advirem problemas para que o Brasil integre a nova rede internacional, pois, embora para a marinha em particular, isso possa ser conveniente e adequado, esse pode não ser o entendimento das lideranças políticas e da população brasileira, acostumados a verem seu país ser ignorado na discussão dos grandes problemas internacionais.

Finalmente, é preciso considerar que, embora o discurso americano aponte para a necessidade de um comércio livre e isento de proteções, a prática demonstra exatamente o contrário, bastando para tal que nos reportemos aos sucessivos impedimentos colocados pelo EUA ás reuniões de DOHA, que embutem significativos prejuízos para a economia brasileira, por inibir o efetivo livre comércio entre os dois países.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. ACADEMIC Seminar. Escola de Guerra Naval (Brazil) and Naval War College (USA). Rio de Janeiro [EGN], 2007. 39 transparências.
2. BATERMAN, Sam. **Analyzing the new US maritime strategy**. Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/news/sw/details.16527>>. Acesso em 23 abr. 2007.
3. CNO calls for new maritime strategy. Disponível em <[www.navy.mil](http://www.navy.mil)>. Acesso em 23 de abr. 2007.

4. EUA vai financiar um Centro Regional de Supervisão Marítima em S. T. P. **Vitrine**, S. Tomé (AW), 27 jun. 2006. Disponível em <<http://www.cstone.net/vitrine/EUA.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2007.
5. GAFFNEY, H. H. **Globalization and U. S. Navy forces**. Alexandria, Va: Center for Strategic Studies, 2002.
6. HOFFMAN, Frank G. **US: a new maritime strategy**. [s.l.], 2006.
7. KAMPLER, Amy. Traction: the '1000-ship Navy' concept ... **Sea Power**, Newport, RI, v. 49, n. 12, p. 10-13, Dec. 2006.
8. MARK, Seeman. **Projeto de estratégia marítima dos Estados Unidos: O caminho à frente**. Newport, RI: U. S. Naval War College, Mar. 2007, 9 transparências.
9. SÃO TOME: EUA instalam olhos e ouvidos eletrônicos. [s.n.t.]
10. SEAMAN, Mark. **United States maritime strategy "the way ahead"**. RI : U.S. Naval College, Mar. 2007. 9 transparências.
11. SHUFORD, J. L. **Fórum do presidente: uma nova estratégia marítima: o desafio do Almirante Mullen**. Naval War College Review, Newport, RI, v. 59, n. 4, p. 07-10, 2006. Tradução.
12. STEVENSON, James W. [**Marinha dos EUA tem em mente para os próximos 20 ou 25 anos**] Rio de Janeiro: [s.n., 2007]. Palestra proferida pelo Contra-Almirante, Comandante da Força Naval do Comando Sul dos EUA na EGN em 2007.
13. STUBBS, Bruce B. Making the 1000-ship Navy a reality. **Proceedings, Annapolis**, Md., v. 133, n. 1247, p. 60-65, Jan. 2007.
14. UNITED STATES. **Department of Defense. Facing the future: meeting the threats and challenges of the 21 St Century**. Washington, DC: Office of the Assistant Secretary for Public Affairs, Feb 2005.
15. UNITED STATES. Department of Defense. The National Security Strategy of the United States of America. Washington, DC, Mar. 2006. Disponível em: [http://www.defenselink.mil/news/Mar\\_2005/d20050318nds.pdf](http://www.defenselink.mil/news/Mar_2005/d20050318nds.pdf). Acesso em 23/04/2007.

16. UNITED STATES. Joint Chiefs of Staff. **The national military strategy of America 2004**: a strategy for today, a vision for tomorrow. [Washington, DC]: 2004; Disponível em: [http://www.ndu.edu/library/docs/NATIMil/strat\\_2004.pdf](http://www.ndu.edu/library/docs/NATIMil/strat_2004.pdf). Acesso em 23/04/2007.
17. UNITED STATES. President, 2001-(Bush) **The National Security Strategy of the United States of America**. Washington, DC: Mar. 2006. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nse/nss/2006>. Acesso em 23/04/2007.
18. UNITED STATES. White House Office. **The national strategy for maritime security**. Washington,DC: Sept. 2005. Disponível em: [www.whitehouse.gov/homeland/maritime-security.html](http://www.whitehouse.gov/homeland/maritime-security.html). Acesso em 23 abr. 2007.
19. US navy's strategic plan. In: INTERNATIONAL SEAPOWER SYMPOSIUM, 27 2005. 14 transparências.
20. TAYLOR, Paul D. **Projeto de estratégia marítima dos Estados Unidos**: resumo do processo. Newport, RI: U. S. Naval War College, Mar. 2007. 8 transparências.
21. TAYLOR, Paul D. **United States maritime strategy projet overview of the process**. U. S. Naval War College, Mar. 2007. 10 transparências.